



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 005/2014/SEMA/MT		
PROCESSO N.º 509347/2013/SEMA PREGÃO ELETRÔNICO N.º 005/2014/SEMA TIPO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE ÚNICO DATA: 02/01/2014 – HORÁRIO 08h00min LOCAL: Será no Sistema SIAG, para ter acesso ao sistema eletrônico SIAG, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao site www.sad.mt.gov.br , após clicar no link “Superintendência de Aquisições Governamentais”, clicar “Fornecedores Acesse ao Sistema”, clicar na aba “Fornecedor” após clicar no link “Cadastro”. OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CAPACITAR 150 CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS”, devendo ser observadas as especificações e quantidades, discriminadas no Anexo I – Formulário Padrão de Proposta, que faz parte integrante deste Edital.		
ÍNDICE		
ITEM	TÓPICO	PÁGINA
1	DO OBJETO	2
2	DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO	3
3	DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO	5
4	DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS	6
5	DO JULGAMENTO DA PROPOSTA	10
6	DA HABILITAÇÃO	12
7	DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO	16
8	DOS RECURSOS	17
9	DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	18
10	DO CONTRATO	19
11	DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA	20
12	DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATANTE	24
13	DA EXECUÇÃO E DO PAGAMENTO	26
14	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	28
15	DA RESCISÃO	30
16	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	30
17	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	31
ANEXO I	Formulário Padrão de Proposta	35
ANEXO II	Carta de Credenciamento.	38
ANEXO III	Modelo de Declaração dando ciência que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.	39
ANEXO IV	Modelo da Declaração de:	40
ANEXO V	Declaração de Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte –EPP.	41
ANEXO VI	Declaração Negativa de Inidoneidade para licitar com o poder público.	42
ANEXO VII	Termo de Referência n.º. 18/2013 elaborado pelo setor demandante	43
ANEXO VIII	Minuta de Contrato	51



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 005/2014/SEMA/MT

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP

PROCESSO N.º 509347/2013

O ESTADO DE MATO GROSSO, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA**, neste ato representada por sua PREGOEIRA, nomeada pelo Ato n.º 18.870/2014, de 26/02/2014, publicada no D.O.E. em 26/02/2014, bem como designado pela Portaria n.º 002/2014/ SEMA, publicada no D.O.E. do dia 13 de março de 2014, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE ÚNICO**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, em conformidade com as Leis Federais n.º 10.520/02 e n.º 8.666/93, c/c a Lei Estadual n.º 7.696/02 e com os Decretos Estaduais n.º 7.217/06 e n.º 7.218/06.

A **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA** por meio de utilização de recursos de tecnologia de informação torna público para conhecimento dos interessados que o recebimento das propostas será a partir **do dia 24 de novembro de 2014 até às 08h00 de 02 dezembro de 2014**. A abertura das propostas será realizada às **08h30 do dia 02 de dezembro 2014**, tendo **como referência o horário de Cuiabá**. A licitação será regida pelas Leis n.º 10.520/2002, 8.666/93, 123/2006 e pelos Decretos 7.217/06 e suas alterações, 635/2007, 8.199/2006, 7.218/2006 e legislação pertinente.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, via INTERNET, mediante condições de segurança criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor integrante da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, denominado (a) Pregoeiro (a) mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo licitações da SAD, constante da página eletrônica do Sistema de Aquisições Governamentais da SAD – www.sad.mt.gov.br/portaldeaquisicoes.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO - PROCESSO N.º 509347/2013.

1.1 A presente licitação tem por objeto a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CAPACITAR 150 CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS”**, devendo ser observadas as especificações e quantidades, discriminadas no **Anexo I – Formulário Padrão de Proposta**, que fazem parte integrante deste Edital.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Somente poderão participar deste Pregão Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em cumprimento ao disposto no art. 48, I, da Lei Complementar nº 147 de 2014.

2.2 A presente Licitação, em observância ao disposto na Lei Complementar nº 147/2014, destina-se ao lote exclusivamente à participação de MICROEMPRESA – ME e EMPRESA DE PEQUENO PORTE, qualificadas como tais nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06.

2.3 A participação das microempresas e das empresas de pequeno porte obedecerá às normas dispostas nos arts. 42, 43 caput, 44, §2º e 45, § 3º da Lei Complementar 123/06, art. 3º, §1º ao §3º do Decreto Estadual 7.466/2011 e art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 147, de 07/08/2014.

2.4 A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida a comprovação a qualquer tempo.

2.5. Poderão participar as empresas que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos.

2.6. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

a) Em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação.

b) Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas: Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou punida com suspensão, desde que a punição alcance esta Administração. Em ambos os casos, o ato deverá ter sido publicado na Imprensa Oficial ou registrada no Cadastro Estadual de Empresas Inidôneas ou Suspensas - CEIS/MT, conforme Lei Estadual nº 9.312/2010.

c) Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

d) Estrangeiras que não tenham sede no País.

e) Que mantenham em seu quadro de empregados, servidor público de qualquer órgão ou entidade vinculada a essa Secretaria, bem como à empresa da qual o servidor seja gerente, administrador, sócio, dirigente ou responsável técnico.

f) Cooperativas, considerando a vedação contida no Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, de 05 de junho de 2003, e a proibição do artigo 4º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008;

g) Que não atendam a todos os termos e condições do edital e legislação pertinente;

2.7. Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ constante na proposta de preços, salvo os permitidos por lei.

2.8. O credenciado pela empresa deverá dispor de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, no site: www.sad.mt.gov.br.

2.9. Para ter acesso ao sistema eletrônico SIAG, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao site www.sad.mt.gov.br, após clicar no link “Superintendência de Aquisições Governamentais”, clicar “Fornecedores Acesse ao Sistema”, clicar na aba “Fornecedor” após clicar no link “cadastro”. Em caso de dúvidas ligar para o “Help Desk” – Fone: (65) 3613-3606.

2.10. A participação de empresas licitantes em pregões eletrônicos estará vinculada à análise e aprovação do cadastro, tendo como requisito a validade de todas as certidões exigidas para o cadastramento.

2.11. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, administrados pela Superintendência de Aquisições Governamentais, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado, do responsável legal da empresa ou por iniciativa do Cadastro Geral de Fornecedores/MT, devidamente justificado e nas hipóteses previstas no Decreto n. 7.218/2006.

2.12. Os ofícios de encaminhamento da solicitação de cadastro, além da relação de documentos necessários (contrato social, certidões) à efetivação do cadastro, estão disponibilizados no site da SAD no menu Fornecedores, “como se cadastrar”.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

2.13. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da presente licitação, servidor de qualquer órgão ou entidade vinculado ao órgão promotor da licitação, bem como a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

2.14. A participação no certame se dará por meio do sistema eletrônico no site www.sad.mt.gov.br, no link “Portal de Aquisições no menu Fornecedores – “Área do Licitante”, mediante digitação de login e senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente inclusão de sua proposta de preços e demais documentos solicitados na proposta de preços e na habilitação, até 15 (quinze) minutos antes do horário estabelecido para o início da sessão. Em caso de dúvidas acesse o site www.sad.mt.gov.br e no menu “Aquisições” clique em download de manuais – acessar manual Pregão Eletrônico.

2.15. No caso de desconexão do pregoeiro com o sistema, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos seus lances. Retornando a conexão do pregoeiro ao sistema, todos os atos praticados pelos licitantes junto ao sistema, serão considerados válidos.

2.16. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1. As pessoas jurídicas ou empresas individuais interessadas em participar do certame, deverão preencher eletronicamente o “Termo de Credenciamento” informando o nome do credenciado, atribuindo-lhe poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema eletrônico.

3.2. Para participar do Sistema do Pregão Eletrônico a interessada deverá encaminhar ofício (modelo no site no link “Portal de Aquisições – menu Fornecedor – como se cadastrar), dirigido ao Cadastro Geral de Fornecedores/MT, a ser protocolado na Superintendência de Aquisições Governamentais ou via correio, devidamente assinado pelo responsável legal da empresa, informando os dados da empresa, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

3.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu credenciado, não cabendo à SAD a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.4. A solicitação de credenciamento de responsável para representar os interesses da empresa licitante junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.5. É vedado a qualquer credenciado representar mais de uma empresa proponente, salvo, nos casos de representação para itens distintos.

3.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

3.7. Dúvidas e informações pertinentes ao cadastramento poderão ser esclarecidas pelo telefone (65) 3613-3606.

3.8. A empresa deverá anexar e encaminhar via sistema eletrônico, no ato de credenciamento, uma Declaração Negativa de Inidoneidade para licitar com o poder público (**Anexo VI**).

4. DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

4.1. A Proposta de Preços deverá ser anexada e encaminhada via sistema eletrônico, conforme o Formulário Padrão de Proposta (Anexo I), **redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, sem emendas, sem rasuras ou entrelinhas, devidamente datadas e assinadas na última folha e rubricadas nas demais pelo representante legal da licitante.**

4.1.1 Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, a licitante deverá encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, apresentando o valor global até a data e hora, descritos no preâmbulo deste Edital, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

4.1.2. O pregão eletrônico será conduzido pelo órgão ou entidade promotor da licitação, com apoio técnico e operacional da Secretaria de Estado de Administração - SAD/MT.

4.2. Na Proposta serão consignados:

- a)** Identificação da proponente, endereço completo (rua, número, bairro, cidade, estado), números de telefone, fax, e-mail, Banco, Agência, Conta Corrente, CNPJ e Inscrição Estadual ou Municipal e menção do número do Edital, nome do Órgão e número para o Lote;
- b)** Todas as despesas com transportes, instalação, impostos, taxas ou quaisquer outros encargos, inclusive carga e descarga dos materiais/serviços;
- c)** Valor total do lote também deverá estar expresso por extenso;
- d)** Conter uma única cotação, com preço unitário e total em moeda corrente nacional, sendo o total expresso em algarismos e, também, por extenso, sem previsão inflacionária;
- e)** Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e entre os valores expressos em algarismo e por extenso, será considerado este último;
- f)** Especificação com detalhamento claro e preciso para o lote único, indicando todos os elementos que identifiquem perfeitamente o **PRODUTO/SERVIÇO**; inclusive sua marca e modelo;
- g)** Prazo mínimo de validade da proposta 60 (sessenta) dias, a contar da data da realização do certame, podendo ser prorrogado por igual período;
- h)** Oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

4.3. A Empresa proponente deverá apresentar proposta da totalidade do lote.

4.4. Para efeito de julgamento das propostas, nenhuma oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus anexos serão considerados.

4.5. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

4.6. O Pregoeiro poderá, no interesse da SEMA/MT, relevar excesso de formalismo nas propostas apresentadas pelos licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo da licitação.

4.7. Deverão acompanhar, em separado, a proposta escrita ainda os seguintes documentos, sob pena de **DECLASSIFICAÇÃO**:

a) A Licitante deverá apresentar declaração de que conta com os seguintes profissionais que serão utilizados na execução dos serviços propostos:

a.1) Equipe principal:

- Um profissional com pós-graduação na área de Empreendedorismo Solidário, graduado em Ciências Humanas ou Sociais, com experiência comprovada em trabalhos de capacitação junto aos empreendimentos da economia solidária popular;
- Um profissional com pós-graduação na área de Gestão de Resíduos Sólidos, graduado em Ciências Humanas ou Sociais ou Exatas, com experiência comprovada em trabalhos de capacitação nas áreas de Sistema de Coleta Seletiva e Reciclagem de Resíduos Sólidos;
- Um profissional com nível superior compatível com as atividades do TR (ANEXO VII) e experiência comprovada em gestão de pessoas por competências no setor público e/ou privado, bem como experiência didático-pedagógica;

a.2) Equipe de apoio:

- Um auxiliar técnico para apoiar as atividades previstas neste Termo de Referência.

4.8. No momento da assinatura do contrato, a empresa deverá apresentar currículo, para cada um dos profissionais elencados nas alíneas d.1 e d.2, comprovando as exigências supramencionadas.

4.9. A participação no pregão eletrônico ocorrerá mediante digitação de senha privativa do licitante.

4.10. Até a data e hora estipulada no preâmbulo deste Edital, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

4.11. O licitante responsabilizar-se-á inteiramente por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes as propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

4.12. O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.13. A microempresa e empresa de pequeno porte que quiser usufruir dos benefícios concedidos pela LC 123/2006 deverá identificar-se no sistema, antes do envio da proposta.

4.14. O licitante responsabilizará por declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitando às sanções previstas no Decreto Federal n. 5.450/05.

4.15. As licitantes convocadas pelo Sr.(a) Pregoeiro(a) deverão enviar a Proposta de Preços atualizada e os documentos em original ou cópia autenticada.

4.16. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

4.17. A documentação solicitada para participação deste pregão deverá ser **anexada ao sistema** conforme o tipo de documento (documentos de proposta de preços (item 4 do edital) - Anexo “de propostas” e documentos de habilitação (item 6 do edital) – Anexo “da habilitação”). A inversão de documentos anexados ao sistema implica em desclassificação/inabilitação da licitante.

4.18. Todas as declarações exigidas na proposta de preços deverão estar devidamente assinadas pelo responsável legal da empresa, sob pena de desclassificação do certame.

4.19. O licitante que for beneficiado pela Isenção do ICMS, conforme Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso editado em conformidade com o Convênio ICMS nº 73/04, aprovado pelo CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária **DEVERÁ considerar no preço proposto o desconto equivalente ao imposto dispensado, conforme modelo constante na PROPOSTA DEPREÇOS;**



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

5. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

5.1. Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor, no prazo mínimo de três dias úteis antes da data de realização do pregão;

5.2. Como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital;

5.3. A partir do horário previsto no edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preço recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas;

5.4. Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;

5.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos;

5.6. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema;

5.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

5.8. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

5.9. A etapa de lances da sessão pública, prevista em edital, será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

5.10. No caso do item anterior, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação;

5.11. O pregoeiro anunciará o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor;

5.12. Como requisito para a celebração do contrato, o vencedor deverá apresentar o documento original ou cópia autenticada, em até 02 (dois) dias úteis após encerramento da sessão;

5.13. Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação prévia do licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios;

5.14. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de Ata divulgada no sistema eletrônico.

5.15. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências editalícias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

5.15.1. Na situação a que se refere este subitem, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

5.16. A adjudicação do objeto da licitação será realizada quando houver ocorrido o atendimento das exigências fixadas no edital.

5.17. A proposta atualizada, devidamente assinada, e a documentação relativa à exigência habilitatória deverão ser encaminhadas/postadas ao Pregoeiro em prazo não superior a 02 (dois) dias úteis, contado a partir da finalização da sessão.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

5.18. A proposta atualizada e a documentação ficarão à disposição de interessados na licitação, para que no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da publicação do resultado, promovam solicitação de providência que o caso requerer.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. As licitantes deverão **anexar e enviar no lote**, em campo próprio via sistema eletrônico, sob pena de inabilitação, os documentos de habilitação abaixo relacionados, observando-se que deverão ser encaminhados os originais ou cópias autenticadas no prazo de até 02 (dois) dias úteis do encerramento da sessão.

6.2. Os documentos de habilitação, para **empresas cadastradas**, que deverão ser apresentados na sessão pública são os seguintes:

a) Certificado de Inscrição no Cadastro de Fornecedores do Estado – CGF/MT.

b) Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal (conforme **Anexo IV**);

c) Declaração da própria empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão (conforme modelo - Anexo IV).

d) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, na forma do §2º, do Art. 32 da Lei nº 8.666/93. (conforme anexo IV);

d.1) No caso de microempresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da Lei Complementar Federal nº123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva, na supracitada declaração, sendo que será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização referente a restrição em documentos de regularidade fiscal.

e) Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) desempenhos anteriores ou atuais de forma satisfatória, compatíveis com o objeto desta licitação.

e.1) No caso de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito privado, o mesmo deverá conter firma reconhecida em cartório.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

e.2) O Atestado deverá ser em papel timbrado contendo a identificação do signatário responsável com firma reconhecida (quando emitido por pessoa jurídica de direito privado), bem como meios de contato (telefone, e-mail, etc.) que possibilitem o Pregoeiro realizar diligências para esclarecimento de dúvidas relativas às informações prestadas.

f) As micros e pequenas empresas, optantes comprovadas do regime de tributação simples – SIMPLES, comprovarão a sua qualificação econômico-financeira através da apresentação da declaração anual de rendimentos/DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA, já exigíveis e apresentados na forma da lei, mesmo que apresentado o Cadastro Geral de Fornecedoros – CGF/MT

6.3. As licitantes **não cadastradas** deverão apresentar na sessão pública os seguintes documentos de habilitação, em plena validade, sob pena de inabilitação:

6.3.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Ato constitutivo da empresa, devidamente registrado;
- b) Cédula de identidade e CPF do responsável pela empresa.

8.3.2 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) As empresas participantes deste pregão comprovarão a aptidão para executar o objeto deste certame por meio da apresentação dos seguintes documentos:

b) Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) desempenhos anteriores ou atuais de forma satisfatória, **compatíveis com o objeto desta licitação.**

b.1) Experiência em gestão organizacional, com foco em gestão por competências e gestão do conhecimento, bem como em projetos de Coleta Seletiva ou Reciclagem de Resíduos Sólidos; e

b.2) Ter desenvolvido trabalhos em parceria com instituições universitárias, ou de ensino, pesquisa e extensão, ou junto à administração pública federal ou estadual ou municipal.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

c) No caso de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito privado, o mesmo deverá conter firma reconhecida em cartório.

d) O Atestado deverá ser em papel timbrado contendo a identificação do signatário responsável com firma reconhecida (quando emitido por pessoa jurídica de direito privado), bem como meios de contato (telefone, e-mail, etc.) que possibilitem o Pregoeiro realizar diligências para esclarecimento de dúvidas relativas às informações prestadas.

6.3.3. DA REGULARIDADE FISCAL:

a) Inscrição no CNPJ, com a distinção de ME ou EPP, para fins de qualificação;

b) Comprovação da regularidade com a seguridade social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e para com Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, conforme o objeto licitado.

c) Prova de inexistência de débitos trabalhistas, expedida pela Justiça de Trabalho. O site para emissão da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas é: www.tst.jus.br.

6.3.4 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de Falência e/ou recuperação judicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou execução patrimonial, expedida pelo domicílio da pessoa física, que tenha sido expedida até 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura da licitação;

b) Declaração Anual de Rendimentos/Imposto de Renda.

6.3.5. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES PARA NÃO CADASTRADAS

a) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93 (Anexo IV).

a.1) No caso de microempresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da LC n.º 123/2006 e suas alterações, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva na supracitada declaração, sendo que será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização referente a restrição em documentos de regularidade fiscal.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

b) Declaração de que a empresa não possui em seu quadro de empregados menores de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal (**Anexo IV**).

c) Declaração da própria Empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidor público exercendo função de gerência, administração ou tomada de decisão (**Anexo IV**).

6.4 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, salientando que:

a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou;

b) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

c) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

d) Os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) da licitante.

6.5 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente, ou em publicação da imprensa oficial ou em cópias simples, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro.

6.6 Não serão aceitos protocolos de entrega, solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

6.7 Poderá o Pregoeiro declarar qualquer fato formal, desde que não implique desobediência à legislação e for evidente a vantagem para a Administração, devendo também, se necessário, promover diligência para dirimir a dúvida, cabendo, inclusive, estabelecer um prazo máximo de 48 horas para a solução.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

6.8 Constatando por meio da diligência o não atendimento ao estabelecido, o Pregoeiro considerará o proponente inabilitado e prosseguirá a sessão, salvo as situações que ensejem a aplicação da Lei Complementar 123/2006 e do Decreto Estadual nº 635/2007.

6.9 O pregoeiro poderá habilitar mais de 1 (um) licitante por lote, desde que devidamente classificado para a etapa de lances e sem preterição da ordem classificatória, na forma do artigo 36, parágrafo 4º do Decreto Estadual nº 7.217 de 14 de março de 2006.

6.10 Constatado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste edital, o licitante – 1º classificado – será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

6.11. A empresa vencedora deverá apresentar no momento da assinatura do contrato o Alvará de localização e funcionamento, emitido pelo Poder Executivo Municipal.

7. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

7.1. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital ou impugnação deverá ser encaminhado por escrito, mediante endereço eletrônico (licitacao1@sema.mt.gov.br), por fax (0xx65) 3613-7309, ou ainda protocolado na Secretaria de Estado do Meio Ambiente;

7.1.1. As petições devem redigidas de maneira claras, objetiva e devidamente instruídas (**assinatura, endereço, razão social, nº do processo, nº do pregão e telefone para contato**).

7.2. Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até **03 dias úteis** antes da data designada para a realização do Pregão.

7.3. Caberá ao Pregoeiro decidir até o dia anterior à data de abertura da sessão de licitação.

7.4. Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, devendo-se cumprir o devido prazo legal.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

7.5. A ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurar o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

7.6. Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa, nos termos do artigo 93 da Lei 8.666/93.

8. DOS RECURSOS

8.1. O licitante interessado em interpor recurso deverá manifestar-se, expondo os motivos em **campo próprio do Sistema Eletrônico, no Prazo de 5 (cinco) minutos**, contados da declaração de vencedor. Após a manifestação no sistema, será concedido o prazo de **03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso**, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

8.1.1. As petições deverão ser encaminhadas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social, nº do processo, nº do pregão e telefone para contato).

8.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

8.3. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

8.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação.

8.6. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sede da Superintendência Administrativa da Secretaria Adjunta Executiva do Núcleo Segurança.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

8.7. Não serão aceitos recursos interpostos através de fac-símile e similares ou cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo ou por pessoa inabilitada para representar a empresa recorrente.

9. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1. A adjudicação do objeto ao licitante vencedor será feita pelo Pregoeiro, e ficará sujeita à homologação da autoridade competente.

9.2. Para fins de homologação, o proponente vencedor fica obrigado a apresentar nova proposta readequada acompanhada de planilha de preços, custos e insumos detalhada com base no valor ofertado na etapa de lances verbais, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da sessão pública do Pregão, com valores correspondentes à adjudicação, a qual substituirá a original, como parte integrante do contrato, sob pena de convocação do segundo colocado.

9.3 Como condição para pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação regular junto ao Cadastro Geral de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9.4. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

9.5. Se o licitante não apresentar proposta atualizada no prazo de 48 horas, poderá o pregoeiro desclassificá-la e examinar as ofertas subsequentes, bem como a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

9.5.1. Nas hipóteses acima, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à licitante advertência, multas, suspensão ou declará-la inidônea, sendo informado à Secretaria de Estado de Administração, para providência quanto ao registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

10. DO CONTRATO

10.1. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, será lavrado contrato com a empresa adjudicatária.

10.2. A empresa adjudicatária deverá comparecer para firmar o Contrato e/ou receber a ordem de fornecimento, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da data da convocação.

10.3. A vigência do contrato será de 06 (seis) meses, contados da data da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado.

10.4. Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, poderá a licitante apresentar proposta, com prazo de mais 60 (sessenta) dias.

10.5. Na hipótese de a empresa adjudicatária não atender a condição acima ou recusar a assinar o Contrato e não apresentar justificativa porque não o fez, decairá o direito à contratação, conforme preceitua o art. 4º, inciso XVI e XXIII, da Lei nº. 10.520/02, e ao comprador convocará outra Licitante classificada e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis observados o disposto no artigo 7º da mesma lei.

10.6. Como condição para celebração do Contrato, a empresa adjudicatária deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

10.7. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as sanções de que tratam os artigos 86 a 88 da Lei Federal nº. 8.666/93, além da multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da fatura, por dia em que, sem justa causa, a CONTRATADA não cumprir as obrigações assumidas ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste Pregão Eletrônico, até o máximo de 10 (dez) dias corridos, quando, então incidirá em outras cominações legais.

10.8. Demais cláusulas constantes no ANEXO VIII – MINUTA DE CONTRATO, deste edital.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A CONTRATADA se obriga, nos termos deste Edital, a:

11.1.1. Comparecer no prazo de **02 (dois) dias** para retirada da Nota de Empenho, ordem de fornecimento e Assinatura do Contrato, contados a partir do recebimento da convocação formal, conforme o caso.

11.1.2 Executar o fornecimento dentro dos padrões contratados e estabelecidos pela SEMA, de acordo com a especificação do Edital e proposta apresentada, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida;

11.1.3. A empresa adjudicatária deverá entregar o objeto do presente certame licitatório no **prazo de até 06 (seis) meses** a contar da data da assinatura do contrato.

11.1.4 Aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total da adjudicação.

11.1.5. Corrigir as irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste edital, conforme relatório apresentado pelo Setor Demandante.

11.1.6. O serviço objeto da presente licitação, deverá ser prestado conforme Especificação Técnica da Proposta Padrão/Termo de Referência (Anexo I e Anexo VII deste Edital), devendo, obrigatoriamente, apresentar Nota Fiscal, que deverá estar acompanhada dos seguintes documentos: Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS.

11.1.7. Zelar pela qualidade dos serviços fornecidos, conforme especificações contidas no Edital de **Pregão Eletrônico nº 005/2014/SEMA/MT** e seus anexos.

11.1.8. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à contratante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

11.1.9. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da contratante, no tocante ao fornecimento dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Edital.

11.1.10. Comunicar imediatamente à contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência.

11.1.11. O Contrato advindo do presente pregão somente poderá ser celebrado a partir da autorização do Ordenador de Despesa da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

11.1.12. Se a licitante vencedora não cumprir o prazo estabelecido ou recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita pelo (a) órgão, decairá do direito de fornecer o objeto da presente licitação adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas neste Edital;

11.1.13. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a SEMA.

11.1.14. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação.

11.1.15. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela SEMA.

11.1.16. Indenizar terceiros e/ou o Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.

11.1.17. Se a licitante vencedora, injustificadamente, recusar-se a retirar a Nota de Empenho, a sessão será retomada e, os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades dispostas no 15 deste Edital.

11.1.18. Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será convocado outro licitante, observado a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, no qual o pregoeiro negociará diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor, não adjudicando em caso de imutabilidade de preço.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

11.1.19. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato, injustificadamente, será aplicada a regra estabelecida nas alíneas anteriores (11.1.17 e 11.1.18.).

11.1.20. A contratada deverá:

a) Elaborar o projeto pedagógico das oficinas, incluindo objetivos, conteúdo programático, metodologia, cronograma. Disponibilizar material didático (pasta, caderno, caneta e apostilas) e insumos, que deverá ser submetida à aprovação da comissão gestora do projeto, a ser entregue 15 (quinze) dias antes das datas de início das oficinas;

b) Elaborar a avaliação escrita a ser realizada com os alunos no último dia de cada oficina, abordando a relevância do tema, estudado para a região, estrutura e logística do curso, interesse dos alunos, adequação do público ao curso, dificuldades encontradas e sugestões e impressões pessoais;

c) Identificação e indicação, de forma exclusiva à coordenação do projeto, de pessoas chaves para a composição da equipe de formadores locais;

d) Elaborar relatório final contendo os seguintes itens: relatório diário das atividades que foram ministradas e seus resultados alcançados, relatório fotográfico e atividade final proposta pelo instrutor e executada pelos alunos e avaliação do curso;

e) Entregar relatório de avaliação das oficinas, ressaltando os pontos principais (expectativas, fragilidades, dúvidas, críticas levantadas, recomendações etc).

f) A entrega dos relatórios finais e os relatórios de avaliação deverão ser entregues na Coordenadoria de Gestão de Resíduos Sólidos – CGRS/SUIMIS/SEMA-MT, e deverá ocorrer em até 06 (seis) meses a contar da data da assinatura do contrato.

h) Deverá ser abordado os seguintes temas: Conceitos e estruturação de redes de cooperação. As várias cadeias produtivas da reciclagem. Planejamento e a organização técnica e social do trabalho. (Estratégias de coleta, processamento padronização) e comercialização de materiais recicláveis.

i) Os cursos serão realizados em 05 polos: Cuiabá, Cáceres, Rondonópolis, Sinop e Tangará da Serra, com carga horária de 24 horas semanais, ministradas durante 3 (três) dias úteis consecutivos para cada polo.

11.1.21. Como forma de apresentação, os relatórios apresentados deverão ser redigidos em língua portuguesa, em meio digital (CD ou DVD), formatado ou gravado no editor de texto



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

“Word for Windows”, com uma síntese em “Power Point”, e entregue 2 (duas) vias originais, impressas em qualidade “Laserprint” ou similar, em papel A4, formato digital, de acordo com as Normas Brasileiras (NB).

11.1.22. Também deverá seguir as seguintes instruções durante a redação dos documentos finais e intermediários:

a) Tabelas, quadros, croquis e quaisquer outras instruções deverão estar enumerados, com legendas e títulos completos e autoexplicativos;

b) As siglas deverão ser explicadas somente na primeira vez em que forem citadas e deverá ter uma relação das siglas utilizadas no início do documento;

c) As palavras em outro idioma deverão vir em itálico;

d) Nomes científicos também deverão estar em itálico, sem separação de sílabas, seguidos ou antecidos do nome popular da espécie em letras minúsculas, sem vírgula, sem parênteses, como por exemplo:

d.1) veado campeiro *Ozotocerus bezoarticus* ou *Cariocar brasiliense pequi*. Caso se dispuser apenas do gênero, as abreviações sp. e spp. Virão em itálico e sempre serão em minúsculas seguidas de ponto;

e) Os nomes populares compostos deverão sempre ter hífen. Nomes populares estarão sempre em minúsculas;

f) Autores e obras citadas deverão ser referidos por iniciais maiúsculas, seguidas por vírgula e data.

11.1.23. Os originais de mapas, gráficos, anotações, fotografias e de quaisquer outros documentos usados em eventos deverão ser entregues junto com o produto final e constituirão posse da contratante.

11.1.24. Toda a documentação elaborada pela Contratada, na execução do objeto deste Edital, pertencerá à Contratante, e lhe será entregue, mediante aprovação dos mesmos pela Contratante e antes da liberação da Ordem de pagamento em favor da Contratada.

11.1.25. A Contratada poderá ter em arquivo cópia dos produtos acima indicados e utilizar para fins diferentes do objeto deste instrumento, desde que devida e legalmente autorizado pela Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso, mesmo depois de encerrado o contrato.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

11.1.26. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/2002 e Decreto Estadual nº. 7.217/2006.

11.1.27. Demais cláusulas constantes no ANEXO VIII – MINUTA DE CONTRATO, deste edital.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. A SEMA se obriga, nos termos previstos neste edital a:

12.1.1. Receber o serviço adjudicado, nos termos, prazos, qualidade e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

12.1.2. Disponibilizar os espaços com lotação para 30 (trinta) pessoas, nas prefeituras onde ocorrerão as oficinas.

12.1.3. A Coordenadoria de Gestão Resíduos Sólidos registrará em relatório as deficiências verificadas na entrega do produto objeto da presente licitação, encaminhando cópias à adjudicatária para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

12.1.4. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

12.1.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências;

12.1.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de entrega do objeto do presente certame licitatório. Este fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

12.1.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

12.1.8. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço entregue em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;

12.1.9. Nomear fiscal do contrato mediante portaria publicada no Diário Oficial, designado para fiscalização;

12.1.10. Fiscalizar o cumprimento às obrigações da contratada;

12.1.11. Notificar à empresa sobre possíveis irregularidades observadas no serviço fornecido, para imediata substituição.

12.1.12. Cabendo a Gerência de Formalização de Contratos acompanhar os prazos dos contratos, informando aos interessados e providenciar os aditamentos e alterações quando provocado;

12.1.13. Caberá a Gerência de Formalização de Contratos manter sob guarda os originais dos contratos, disponibilizando as cópias para a área fiscalizadora de execução e acompanhamento;

12.1.14. Caberá a Gerência de Formalização de Contratos enviar ao setor demandante do contrato – cópia do contrato firmado e/ou Nota de Empenho, no prazo de 05 (cinco) dias úteis à partir da publicação do Extrato no Diário Oficial do Estado, para fins de controle.

12.1.15. Critérios para Controle dos serviços:

- A gestão e fiscalização e acompanhamento dos serviços serão exercidas através de servidor (es) especialmente designado(s) na forma prevista na Lei 8.666/93 e suas alterações, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e que de tudo dará ciência a contratada (Lei 8.666/93).
- Ao Gestor do Contrato compete analisar as regras de negócios, as quantidades e valores a serem contratados de acordo com as disponibilidades orçamentário-financeiras e as necessidades do órgão/entidade.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

12.1.16. Ao **Fiscal do Contrato**, designado oficialmente pela Sema cabe, no mínimo:

- Acompanhar a execução, bem como o controle do serviço.
- Prestar informações e esclarecimentos ao preposto da contratada, sempre que for preciso.
- Notificar a contratada sobre situações irregulares.
- Fiscalizar o fornecimento dos serviços, condizentes com a legislação pertinente.

12.1.17 O pagamento será efetuado pelo contratante em favor da contratada após o atesto na Nota Fiscal, comprovado que a prestação dos serviços foi efetivamente executado e é o mesmo do objeto deste Edital, o qual deverá obedecer aos termos do Decreto nº 4.752, de 06 de agosto de 2002, c/c o Decreto nº 4.747, de 22 de junho de 1994, bem como na conformidade Decreto Estadual nº 8.199/2006, após a entrega dos serviços e recebimento da Fatura/Nota Fiscal e devidamente atestado **pelo Fiscal do Contrato designado pelo setor demandante** do ÓRGÃO, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, em conformidade com a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2007-SAGP/SEFAZ, publicada no Diário Oficial do Estado em 25.05.2007.

12.1.18. O serviço será recusado e devolvido nas seguintes hipóteses:

- a) Nota fiscal com especificação em desacordo com o contrato.
- b) Prestado em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste Edital.

12.2. Aplica-se ainda ao Adjudicatário, por ocasião do fornecimento do bem as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;

12.3. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital.

12.4. **Demais cláusulas constantes no ANEXO VIII – MINUTA DE CONTRATO, deste edital.**

13. DA EXECUÇÃO E DO PAGAMENTO



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

13.1. Os cursos deverão ocorrer em até 02 (dois) meses a contar da data da assinatura do contrato.

13.2. As atividades serão desenvolvidas em grupo de municípios denominadas territórios do projeto, definidos com esteio na distribuição territorial de 5 (cinco) dos 15 (quinze) Consórcios Intermunicipais constituídos pelo Programa MT Regional, criada pela Lei nº 7.784 de 2002.

13.2.1. Cada território possuirá um município polo, onde deverão ser executadas as ações de capacitação e de mobilização necessárias.

13.2.2. As atividades deverão ser desenvolvidas em 05 (cinco) municípios denominados territórios do projeto, que são Cuiabá, Cáceres, Sinop, Rondonópolis e Tangará da Serra.

13.2.3. A seleção dos polos foi balizada pelo seguinte critério:

a) A existência de lixões a céu aberto que serão desativados para implantação de aterros sanitários e que produzirão impactos para a população de catadores de matérias recicláveis, e a previsão de implantação de aterros sanitários e que produzirão impactos para a população de catadores de materiais recicláveis, e a previsão de implantação de sistemas de coletas seletivas com integração de organizações de catadores de materiais recicláveis.

13.3. Efetuar o pagamento após o atesto na Nota Fiscal, comprovando que o objeto foi efetivamente executado e é o mesmo do objeto do Edital, o qual deverá obedecer aos termos do Decreto nº 4.752, de 06 de agosto de 2002, c/c o Decreto nº 4.747, de 22 de junho de 1994, bem como na conformidade Decreto Estadual nº 8.199/2006, após a entrega dos serviços e recebimento da Fatura/Nota Fiscal, devidamente atestado pelo fiscal do contrato designado pela Coordenadoria de Resíduos Sólidos ou algum servidor por ele designado;

13.4. O pagamento será efetivado por meio de Nota de Ordem Bancária, em nome da CONTRATADA na data fixada de acordo com a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2007-SAGP/SEFAZ, publicada no Diário Oficial do Estado em 25.05.2007;

13.5. A licitante vencedora indicará no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária:



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

13.5.1. Caso constatado alguma irregularidade na nota fiscal/fatura, esta deverá ser devolvida ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

13.6. Junto com as Notas Fiscais a licitante vencedora deverá **obrigatoriamente apresentar** Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS, sem as quais fica impossibilitada a efetivação da liquidação do pagamento.

13.7. As comprovações de regularidade exigidas nos subitens acima poderão ser substituídas pela regularidade junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso.

13.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da licitante vencedora.

13.9. Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

13.10. As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome de ESTADO DE MATO GROSSO, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50 e com o seguinte endereço: Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo e deverão ser entregues na Coordenadoria de Resíduos Sólidos – CGRS/SUIMIS/SEMA-MT, para serem devidamente atestadas **pelo fiscal do contrato;**

13.11. O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

13.12. A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas à Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 c/c Artigo 138 do Decreto 7.217/2006 e Artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93).

14.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a contratada a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

14.1.1. Quanto à obrigação da retirada da Nota de Empenho no prazo estabelecido:

- a)** atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);
- b)** a partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

14.1.2. Quanto ao atraso para assinatura do contrato, retirada da ordem de fornecimento e nota de empenho, e quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com a execução do objeto, bem como, quanto à aceitação de acréscimos e supressões no valor total da adjudicação:

- a)** atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);
- b)** a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

14.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a SEMA poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

14.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:

14.3.1. multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

14.3.2. suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a SEMA, por prazo de até 5 (cinco) anos, e/ou;

14.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

14.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

14.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a SEMA proceder a cobrança judicial da multa.

14.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a SEMA.

14.7. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

15. DA RESCISÃO

15.1. A rescisão regula-se pelo disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.8.666/93, no que couber.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso, através da seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária: 27101

Programa: 323



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Projeto\ Atividade: 4322

Região: 9900

Medida: 02

Tarefa: 01

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00.

Fonte: 161

UG: 002.

16.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto desta Licitação, no exercício seguinte, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do mesmo.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. É facultada ao (à) Pregoeiro (a) ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de **diligência destinada a esclarecer ou complementar** a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

17.2. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

17.2.1. A anulação do procedimento induz à do contrato.

17.2.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

17.3. A licitante fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de acordo com o disposto no artigo 65, § 1º da lei nº 8.666/93.

17.4. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIOAMBIENTE - SEMA/MT** não será, em nenhum



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.5. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentado sem qualquer fase da licitação.

17.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, sujeitando-se as penalidades previstas no **item 14.3** do presente edital, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

17.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qual quer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

17.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIOAMBIENTE – SEMA/MT**.

17.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

17.10. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

17.11. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Cuiabá-MT, com exclusão de qualquer outro.

17.12. Qualquer pedido de esclarecimentos, em relação ao presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado via e-mail licitacao1@sema.mt.gov.br, Via Protocolo da SEMA, ou correios, via Sedex, endereçado a Comissão Técnica de Pregão da SEMA, **até 03 (três) dias** úteis antes da data da abertura do Pregão sob pena de não conhecimento.

17.12.1. Os esclarecimentos estarão disponíveis aos interessados no site da SEMA/MT no endereço: www.sad.mt.gov.br/ Portal de Aquisições, sendo de responsabilidade de o licitante



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

estar atento aos mesmos e a quaisquer alterações no Edital, não podendo alegar disto desconhecimento.

17.13. A homologação do resultado desta licitação não gera direito à contratação, mas mera expectativa de direito.

17.14. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e do Decreto no 7.217/2006.

17.15. Havendo alterações no instrumento convocatório, as mesmas serão aplicadas também às minutas de contrato.

7.16. São partes integrantes deste Edital:

- a) Anexo I – Formulário Padrão de Proposta
- b) Anexo II – Carta de Credenciamento.
- c) Anexo III – Modelo de Declaração dando ciência que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.
- d) Anexo IV - Modelo da Declaração de:

- Inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

- Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, de perigo ou insalubre, nem menor de dezesseis anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos dos incisos XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em conformidade a Lei Federal nº 9.854/02.

- Que não possui em seu quadro servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90).

e) Anexo V – Declaração de Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte –EPP.

f) Anexo VI - Declaração Negativa de Inidoneidade para licitar com o poder público.

g) Anexo VII – Declaração de Garantia.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

h) Anexo VIII – Termos de Referência nº. 18/2013.

i) Anexo IX – Minuta de Contrato

Cuiabá, 14 de novembro de 2014.

Emmanuelle Silva Santos
Pregoeira Oficial
SEMA/MT

Benedito Nery Guarim Strobel
Secretario Adjunto de Gestão Sistêmica
SEMA/MT



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO I

FORMULÁRIO PADRÃO DE PROPOSTA/TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão n. ° _____ DIA ____/____/____ ÀS ____:____ HORAS.

Razão Social: _____ CNPJ n.º: _____

Endereço: _____

Fone: _____ Fax: _____ E-mail: _____.

Agência: _____ Conta Corrente: _____ Banco: _____.

LOTE ÚNICO

Preenchimento para todos licitantes						Preenchimento para licitantes que se enquadrem no Convênio ICMS 73/2004				
ITEM (01)	ESPECIFICAÇÃO OBJETO (02)	MARCA/ MODELO (03)	QUANT (04)	VALOR UNIT. (COM TODOS OS TRIBUTOS) (05)	VALOR TOTAL (COM TODOS OS TRIBUTOS) (06)	ALÍQUOTA DO ICMS (%) (07)	VALOR UNIT. (SEM ICMS) (08)	DESCONTO UNIT. (09)	VALOR TOTAL. (SEM ICMS) (10)	DESCONTO TOTAL (11)
1	OFICINA DE CAPACITAÇÃO PARA EQUIPE DE FORMADORES PARTICIPANTES DO PROJETO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA E EM CONHECIMENTOS E TECNOLOGIAS QUE PERMITAM A ESTES O DESENVOLVIMENTO, DE FORMA QUALIFICADA, DO TRABALHO DE COLETA SELETIVA DOS MATERIAIS RECICLÁVEIS NOS MUNICÍPIOS. CARGA HORÁRIA DE 24HORAS SEMANAIS, MINISTRADA DURANTE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS CONSECUTIVOS, DEVENDO OCORRER ATÉ 60 DIAS APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO, EM LOCAIS A		1							

Endereço: Rua “C” esq. com a Rua “F”, s/nº - Palácio Paiaguás – Centro Político e Administrativo.35

Cuiabá – MT – CEP: 78050-970 – Fones (Fax): 3613-7308/3613-7309



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

SEREM DEFINIDOS NA FASE DE EXECUÇÃO, NOS MUNICÍPIOS POLO DO PROJETO: CUIABÁ, RONDONÓPOLIS, SINOP, CÁCERES E TANGARÁ DA SERRA									
TOTAL R\$									

O conteúdo programático da Oficina deverá abordar os seguintes itens:

- Economia social e solidária: história e evolução conceitual.
- A construção da economia solidaria no Brasil e as relações com movimentos sociais, entidades de fomento e políticas públicas.
- Construção de alternativas no campo da economia solidaria.
- Experiência cooperativistas no Brasil e no mundo (com ênfase no cooperativismo de trabalho dos catadores de materiais recicláveis).
- Redes cooperativas e cooperativismo integral.
- Agência de fomento da economia solidaria no contexto atual.
- Economia solidaria sindicalismo e movimentos sociais.
- Instituições, políticas públicas e economia solidária.
- A auto gestão na economia solidaria.
- A centralidade do trabalho na economia solidaria.
- O contexto atual da economia solidaria.
- Economia solidaria como modo de produção e distribuição.

O licitante que for beneficiado pela Isenção do ICMS, conforme Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso editado em conformidade com o Convênio ICMS nº 73/04, aprovado pelo CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária DEVERÁ considerar no preço proposto o desconto equivalente ao imposto dispensado, conforme modelo constante na PROPOSTA DE PREÇOS;

O Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso encontra-se disponível no “site” da SEFAZ: www.sefaz.mt.gov.br - Portal da Legislação SEFAZ.

Endereço: Rua “C” esq. com a Rua “F”, s/nº - Palácio Paiaguás – Centro Político e Administrativo.36

Cuiabá – MT – CEP: 78050-970 – Fones (Fax): 3613-7308/3613-7309



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Em caso de dúvidas ou para fins de esclarecimentos relativos aos procedimentos necessários para obtenção dos créditos decorrentes do **Convênio ICMS nº 73/04** o licitante deverá entrar em contato no Plantão Fiscal da SEFAZ pelo telefone (65) 3617-2700.

Validade da Proposta: _____

Local e Data: _____

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO II

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

(Papel timbrado da empresa)

À
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE MATO GROSSO - SEMA
REF: EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO
Nº. 005/2014/SEMA/MT - TIPO MENOR PREÇO GLOBAL LOTE ÚNICO.

Indicamos o (a) Sr. (a) _____,
portador (a) da cédula de identidade nº. _____, órgão
expedidor _____, como nosso (a) representante legal na Licitação em
referência, podendo rubricar a documentação de **HABILITAÇÃO** e das **PROPOSTAS**, dar
lances, manifestar, prestar todos os esclarecimentos à nossa Proposta, interpor recursos,
desistir de prazos e recursos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do
presente Credenciamento.

Atenciosamente,

Local e data,

(nome e função na empresa)

***Reconhecer em Cartório**



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

(Papel timbrado da empresa)

**MODELO DE DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA QUE CUMPRE PLENAMENTE
OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

Declaramos em atendimento ao previsto no **item 4.14.** do Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2014/SEMA, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no presente certame.

Local e data,

(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

(Papel timbrado da empresa)

Ref.: Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº.005/2014 – SEMA/MT

(Nome da Empresa)_____, CNPJ Nº _____, sediada na Rua _____, nº ____, bairro,_____, CEP _____ Município, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão 005/2014/SEMA, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Não possui existência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, salvo se declarado;
- Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigosos ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8.666/93, com redação determinada pela Lei nº 9.854/99;
- Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90).

(Local e Data)

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA- ME E EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP

(papel timbrado da empresa)

Ref: Edital de Pregão Eletrônico N°.005/2014 – SEMA/MT.

Para fins de participação na licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 005/2014, a (o) (nome completo do proponente), CNPJ, sediada na (Endereço Completo), declara sob as penas da lei que é (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso), na forma da Lei Complementar nº. 123, de 14.06.2006.

Local e data.

Nome e identificação do declarante

OBS: A presente declaração deverá ser assinada



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INIDONEIDADE E AUSÊNCIA
DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR COM O PODER PÚBLICO**

(Papel Timbrado da Empresa)

À
A/C

**Assunto: Declaração Negativa
de Inidoneidade e
Ausência de Fato
Impeditivo para
Licitar com o Poder
Público.**

Declaro, sob as penas da lei, para os devidos fins, que a empresa _____ não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, e que comunicarei qualquer fato impeditivo ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira, nos termos do parágrafo 2º do artigo 32 da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 9.648/98.

(Data, Nome e assinatura do responsável legal pela empresa) por representante legal do proponente.

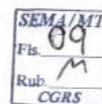


GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO – VII



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA



TERMO DE REFERÊNCIA nº 18/CGRS/2013									
2- Unidade Orçamentária: 27101 2.1- Programa: 323 2.2- Unidade Gestora: 02 2.3- Região: 9900 2.4- Medida: 2 2.5- Tarefa: 1				3- Classificação da Despesa: () Materiais Permanentes () Materiais de Consumo ou Expediente (X) Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica () Serviços de Terceiro Pessoa Física () Obras () Reformas () Outros					
4- Área: Coordenadoria/Superintendência: Superintendência de Infraestrutura, Mineração Indústria e Serviços - SUIMIS				5- Unidade Solicitante/Recebadora: Coordenadoria de Gestão de Resíduos Sólidos			6- Unidade Fiscalizadora/ Fiscal do Contrato: CGRS/Francisco Tadeu Paroli Fiscal Substituto: Helen Ferreira Faria		
7- Projeto/Atividade, Elemento de Despesa e Sub-Elemento, Valor.									
Projeto/Atividade		Fonte		Elemento e Sub-Elemento de Despesas		Valor (R\$)			
4322		161		339039					
Custo Total Estimado 2013									
8- Objeto Sintético: Contratação de empresa especializada para capacitar 150 (cento e cinquenta) catadores de materiais recicláveis, através de oficinas de capacitação para equipe de formadores participantes do projeto em Economia Solidária e em conhecimentos e tecnologias que permitam a estes o desenvolvimento, de forma qualificada, do trabalho de coleta seletiva dos materiais recicláveis nos municípios Carga horária de 24 horas semanais, ministrada durante 3 (três) dias úteis consecutivos, devendo ocorrer até 60 dias após a assinatura do contrato, em locais a serem definidos na fase de execução, nos municípios polo do projeto, a saber: de Cuiabá, Rondonópolis, Sinop, Cáceres e Tangará da Serra.									
9- Planilha Descritiva do Objeto									
9.1 - Os campos abaixo serão preenchidos somente em caso de Prestação de Serviços:									
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	CODIGO SIAG	LOCAL PRESTAÇÃO SERVIÇO	QTD SERVIÇO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL MENSAL	QTD EMESSAS	CUSTO MÁXIMO TOTAL DO SERVIÇO	PROJETO DE ATIVIDADE
01	oficinas de capacitação		Cuiabá, Rondonópolis, Sinop Cáceres Tangará da Serra	01			0		4322
VALOR TOTAL									
9.2 - Os campos abaixo serão preenchidos somente em caso de materiais:									
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	CODIGO SIAG	LOCAL DE ENTREGA	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	PROJETO DE ATIVIDADE		
VALOR TOTAL							R\$		
10- Especificações técnicas do bem e/ou descrição detalhada serviço:									
1. Do conteúdo programático									

Rua C esquina com a Rua F, s/n - Palácio Paiaguás - Centro Político Administrativo.
Cuiabá - MT - CEP: 78050-970 - Fones (Fax): 3613-7308/3613-7309



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA



<p>O conteúdo programático da oficina deverá abordar os seguintes itens:</p> <p>Economia social e solidária. História e evolução conceitual. A construção da economia solidária no Brasil e as relações com movimentos sociais, entidades de fomento e políticas públicas. Construção de alternativas no campo da economia solidária. Experiências cooperativistas no Brasil e no mundo (com ênfase no cooperativismo de trabalho dos catadores de materiais recicláveis). Redes Cooperativas e cooperativismo integral. Agências de fomento da Economia solidária no contexto atual. Economia solidária, sindicalismo e movimentos sociais. Instituições, políticas públicas e economia solidária. A autogestão na economia solidária. - A centralidade do trabalho na economia solidária. O contexto atual da Economia Solidária. Economia Solidária como modo de produção e distribuição.</p> <p>2. Das atividades a serem desenvolvidas pela pessoa jurídica contratada:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Elaborar o projeto pedagógico das oficinas, incluindo objetivos, conteúdo programático, metodologia, cronograma. Disponibilizar material didático (pasta, caderno, caneta, e apostilas) e insumos, que deverá ser submetida à aprovação da Comissão Gestora do projeto, a ser entregue no prazo de 15 (quinze) dias antes das datas de início das oficinas;b) Elaborar a avaliação a ser realizada com os alunos no último dia de cada oficina, abordando a relevância do tema estudado para a região; estrutura e logística do curso; interesse dos alunos; adequação do público ao curso; dificuldades encontradas e sugestões e impressões pessoais;c) Identificação e indicação, de forma exclusiva à coordenação do projeto, de pessoas chave para composição da equipe de formadores locais;d) Elaborar o relatório final contendo os seguintes itens: relatório diário das atividades que foram ministradas e seus resultados alcançados, relatório integrativo e atividade final proposta pelo instrutor e executada pelos alunos e avaliação do curso;e) Entregar relatório de avaliação das quatro oficinas, ressaltando os pontos principais (expectativas, fragilidades, dúvidas, críticas levantadas, recomendações etc.) <p>10.1- Do Cadastro da Especificação: Cadastrado na SAD () sim (X) Não, porque: A aquisição pretendida atende as necessidades da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, não existindo no portal de aquisições SIAC o tipo de especificação que atenda as necessidades desta Secretaria</p> <p>11- Justificativa Técnica da Contratação:</p> <p>O Projeto "Fomento a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperativas atuantes com Resíduos Sólidos, constituídas por Catadores e Catadoras de Material Reutilizável e Recicláveis" tem, como um dos principais objetivos, promover formação sócio-profissional dos catadores e catadoras de materiais recicláveis do Estado, nas temáticas de Economia Solidária Popular e das Tecnologias Sociais, com vistas a contribuir para a inclusão socioeconômica do segmento social. Além de levá-los ao conhecimento da realidade em que vivem, bem como da importância das formas de organização social (associativismo/cooperativismo) para a inserção destes no mercado e como alvo das políticas públicas, a oficina visa contribuir para a criação ou fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários dos catadores de materiais recicláveis nos municípios, através de capacitação fundamentada nos princípios de economia solidária e sistema de coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos, objetivando a autogestão de tais organizações.</p> <p>O objetivo deste termo, portanto, é instrumentalizar os formadores locais, notadamente as lideranças dos grupos formais ou informais de catadores e catadoras de materiais recicláveis, a fim de que possam participar ativamente e contribuir, efetivamente, para a formulação e implementação de estratégias voltadas às organizações sociais da categoria em todo o Estado. Haja vista que, somente através deste potencial mínimo que a organização social propicia, será viável promover o acesso dos catadores às políticas públicas sociais, bem como o desenvolvimento e execução de projetos de reciclagem de resíduos sólidos, a criação de redes de cooperativas para a comercialização dos produtos, agregação de valor dos produtos comercializados pelos catadores etc.</p> <p>12- Resultados Esperados Diretos e Indiretos:</p> <p>Formação para a autogestão e fortalecimento institucional do associativismo e do cooperativismo dos catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis.</p> <p>13 – Público/ Clientela Alvo:</p> <p>Catadores e catadoras de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis, nos municípios integrantes dos polos abrangidos pelo projeto.</p>

Rua C esquina com a Rua F, s/nº - Palácio Paiaguás - Centro Político Administrativo.
Cuiabá - MT - CEP: 78050-970 - Fone: (65) 3613-7308 - Fax: (65) 3613-7309

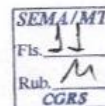
Endereço: Rua "C" esq. com a Rua "F", s/nº - Palácio Paiaguás – Centro Político e Administrativo.44
Cuiabá – MT – CEP: 78050-970 – Fones (Fax): 3613-7308/3613-7309



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA



14- Data Estimada para entrega do bem e/ou realização do serviço:														
14.1- Tipo de Entrega														
<input type="checkbox"/> Imediata <input checked="" type="checkbox"/> Sob demanda <input type="checkbox"/> Mensal														
14.2- Periodicidade da entrega:														
O curso deverá ocorrer em até 60 (sessenta) dias a partir da assinatura do contrato e a entrega dos relatórios finais e dos relatórios de avaliação deverão ocorrer em até 90 dias a contar da mesma data.														
14.3- Previsão de desembolso financeiro: ÚNICO														
<table border="1"><thead><tr><th colspan="3">Previsão mensal de despesas e desembolso financeiro</th></tr><tr><th>Execução da despesa</th><th>Desembolso financeiro</th><th>Valor (R\$)</th></tr></thead><tbody><tr><td>Dezembro de 2013</td><td>Janeiro de 2014</td><td></td></tr><tr><td colspan="2">TOTAL</td><td></td></tr></tbody></table>			Previsão mensal de despesas e desembolso financeiro			Execução da despesa	Desembolso financeiro	Valor (R\$)	Dezembro de 2013	Janeiro de 2014		TOTAL		
Previsão mensal de despesas e desembolso financeiro														
Execução da despesa	Desembolso financeiro	Valor (R\$)												
Dezembro de 2013	Janeiro de 2014													
TOTAL														
15- Endereço de Entrega/Realização do bem e/ou serviço:														
As atividades serão desenvolvidas em 05 (cinco) municípios denominados territórios do projeto, que são Cuiabá, Cáceres, Sinop, Rondonópolis e Tangará da Serra. Os espaços, para 30 (trinta) pessoas, serão disponibilizados pelas respectivas prefeituras onde ocorrerem as Oficinas.														
Contatos: Lilian Ferreira dos Santos – 65 - 3613-7324 Solange Fátima de Oliveira Cruz – 65 - 3613-7376														
16- Condições de Pagamento:														
O pagamento fica condicionado à aprovação dos produtos, parcial e final, pela contratante, em conformidade com o contrato a ser firmado entre as partes e a legislação vigente.														
17- Requisitos para Apresentação da Proposta:														
17.1- Conhecimento Prévio														
Experiência comprovada em gestão organizacional, com foco em gestão por competências e gestão do conhecimento, bem como em projetos de Coleta Seletiva ou Reciclagem de Resíduos Sólidos, e ter desenvolvido trabalhos em parceria com instituições universitárias, ou de ensino, pesquisa e extensão, ou junto à administração pública federal ou estadual ou municipal. Tais comprovações deverão ser feitas através de documentos comprobatórios (portfólios, contratos, atestados de capacidade técnica etc.) relativos a trabalhos anteriores desenvolvidos na temática dos produtos; histórico em capacitações, demonstrando ter conteúdos atuais e correspondentes à legislação em vigor, especialmente referentes à legislação de resíduos sólidos.														
17.2- Perfil do Profissional														
A pessoa jurídica contratada deverá contar com os seguintes profissionais:														
a) Equipe principal:														
<ul style="list-style-type: none">Um profissional com pós-graduação na área de Empreendedorismo Solidário, graduado em Ciências Humanas ou Sociais, com experiência comprovada em trabalhos de capacitação junto aos empreendimentos da economia solidária popular;Um profissional com pós-graduação na área de Gestão de Resíduos Sólidos, graduado em Ciências Humanas ou Sociais ou Exatas, com experiência comprovada em trabalhos de capacitação nas áreas de Sistema de Coleta Seletiva e Reciclagem de Resíduos Sólidos;Um profissional com formação em nível superior compatível com as atividades deste TR e experiência comprovada em gestão de pessoas por competências no setor público e/ou privado, bem como com experiência didático-pedagógica;														

Rua C esquina com a Rua F, s/n - Palácio Paiaguás - Centro Político Administrativo.
Gerência de Processos e Aquisições - (65) 3613-7350 - Fax: (65) 3613-7309 - Cuiabá-MT

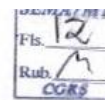
Endereço: Rua "C" esq. com a Rua "F", s/nº - Palácio Paiaguás – Centro Político e Administrativo.45
Cuiabá – MT – CEP: 78050-970 – Fones (Fax): 3613-7308/3613-7309



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA



b) Equipe de apoio:

- Um auxiliar técnico para apoiar as atividades previstas neste Termo de Referência.

Em relação a cada um destes profissionais, deverão ser entregues, juntamente com os currículos, cópias autenticadas dos documentos que comprovem o cumprimento dos requisitos obrigatórios exigidos.

17.3- Perfil da Empresa

Atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da instituição proponente, por pessoas jurídicas, impressos em papel timbrado do emitente, sem rasuras ou entrelinhas (caso o atestado seja emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá obrigatoriamente ser apresentado com firma reconhecida em cartório), nos quais estejam comprovadas: experiência na condução de cursos de capacitação na área ambiental, com preferência para a área de resíduos sólidos.

17.4- Plano de Trabalho/Projeto Básico

Não se aplica

17.4.1- Metodologia de acompanhamento

De acordo com a legislação vigente.

17.4.1.1- Descrição de ferramentas/arquitetura/tecnologia a serem utilizadas (Em caso de investimento de TI)

Não se aplica

17.4.1.2- Critérios para controle dos serviços

De acordo com a legislação vigente.

17.4.2- Descrição do Projeto

As atividades serão desenvolvidas em grupo de municípios denominadas territórios do projeto, definidas com esteio na distribuição territorial de 5 (cinco) dos 15 (quinze) Consórcios Intermunicipais constituídos pelo Programa MT Regional, criada pela lei nº 7.784 de 2002, que autoriza o Governo do Estado a instituir os Consórcios Intermunicipais Regionais para o tratamento do lixo. Cada território possuirá um município polo, onde deverão ser executadas as ações de capacitação e de mobilização necessárias. A seleção dos polos será realizada pelos seguintes critérios: a existência de lixões a céu aberto que serão desativados para implantação de aterros sanitários e que produzirão impactos para a população de catadores de materiais recicláveis, e a previsão de implantação de sistemas de coleta seletiva com integração de organizações de catadores de materiais recicláveis.

17.4.3- Gerencia das atividades

Não se aplica

17.5- Responsabilidades das partes

17.5.1- Da Contratante

De acordo com a legislação vigente.

17.5.2- Da Contratada

A pessoa jurídica contratada deverá apresentar os seguintes produtos:

- Relatório final contendo os seguintes itens: relatório diário das atividades que foram ministradas e seus resultados alcançados, a atividade final proposta pelo Instrutor e executada pelos alunos e a avaliação do curso;
- Relatório de avaliação das oficinas, ressaltando os pontos principais (expectativas, fragilidades, dúvidas, críticas levantadas, recomendações etc.)

Como forma de apresentação, os produtos deverão ser redigidos em língua portuguesa, em meio digital (CD ou DVD), formatado e gravado no editor de texto "Word for Windows", com uma síntese em "Power Point", e entregue 2 (duas) vias originais, impressas em qualidade "Laserprint" ou similar, em papel formato A4 e em formato digital, de acordo com as Normas Brasileiras (NB).

Também deverá seguir as seguintes instruções durante a redação dos documentos finais e intermediários:

- tabelas, quadros, croquis e quaisquer outras instruções deverão estar enumeradas, com legendas e títulos completos e auto-explicativos;
- as siglas deverão ser explicadas somente na primeira vez em que forem citadas e deverá ter uma relação das siglas utilizadas no início do documento;
- as palavras em outros idiomas deverão vir em itálico;
- nomes científicos também deverão estar em itálico, sem separação de sílabas, seguidos ou antecidos do nome popular da espécie em letras minúsculas, sem vírgula, sem parênteses, como por exemplo: veado-campeiro *Ozotoceros bezoarticus* ou Cariocar brasileiro *pequi*. Caso se dispuser apenas do gênero, as abreviações sp. e spp. nunca virão em itálico e sempre serão em minúsculas seguidas de ponto;

Rua C esquina com a Rua F, s/n - Palácio Paiaguás - Centro Político Administrativo.
Cuiabá - MT - CEP: 78050-970 - Fones (Fax): 3613-7308/3613-7309

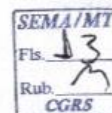
Endereço: Rua "C" esq. com a Rua "F", s/nº - Palácio Paiaguás – Centro Político e Administrativo.46
Cuiabá – MT – CEP: 78050-970 – Fones (Fax): 3613-7308/3613-7309



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA



<ul style="list-style-type: none">• os nomes populares compostos deverão sempre ter hífen. Nomes populares estarão sempre em minúsculas;• autores e obras citadas deverão ser referidos por iniciais maiúsculas, seguidos por vírgula e data. <p>Os originais de mapas, gráficos, anotações, fotografias e de quaisquer outros documentos usados em eventos deverão ser entregues junto com o produto final e constituirão posse da Contratante.</p> <p>Caso os produtos não sejam aprovados, deverão ser revistos imediatamente pela Contratada.</p> <p>Toda a documentação elaborada pela Contratada, na execução do objeto deste Termo de Referência, pertencerá à Contratante, e lhe será entregue, mediante aprovação dos mesmos pela Contratante e antes da liberação da ordem de pagamento em favor da Contratada. A Contratada poderá ter em arquivo cópia dos produtos acima indicados e utilizar para fins diferentes do objeto deste instrumento, desde que devida e legalmente autorizado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso, mesmo depois de encerrado o contrato.</p>
18- Das Garantias: Conforme legislação vigente.
19 – Das Sanções Administrativas: Conforme legislação vigente.
20 – Legislação aplicada ao objeto/Parecer específico se houver:
21 – Considerações (se houver):

Cuiabá, 30 de setembro de 2013.

Ender

Rua C esquina com a Rua F, s/n - Palácio Paiaguás - Centro Político Administrativo.
Gerência de Processos e Aquisições - (65) 3613-7350 - Fax: (65) 3613-7309 - Cuiabá-MT
Cuiabá – MT – CEP: 78050-970 – Fones (Fax): 3613-7308/3613-7309

17



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA



 Terezinha Rodrigues da Silva Responsável pela elaboração do TR	 Francisco Tadeu Paroli Analista de Meio Ambiente Responsável pela Especificação Técnica										
 Solange Fátima de Oliveira Cruz Coordenadora de Resíduos Sólidos - CGRS/SEMA Bairro: CRBio 04389-01D Coordenadoria	 Rita de Cássia Gonçalves Fiori Superintendente de Infraestrutura Mineração, Indústria e Serviços SEMA/MT Superintendência										
Atestamos: <table border="1"><tr><td><input checked="" type="checkbox"/></td><td>Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Não Possui Orçamentário</td></tr></table> Roseane F. Souza - 07-10-23 Técnico CPLAN Valdir de Almeida Gerente de Execução Orçamentária Coordenador de Planejamento SEMA/MT	<input checked="" type="checkbox"/>	Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA	<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação	<input type="checkbox"/>	Não Possui Orçamentário	Atestamos: <table border="1"><tr><td><input checked="" type="checkbox"/></td><td>Existência de Saldo Financeiro</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Inexistência de Saldo Financeiro</td></tr></table> Marlene P. Rosa Amorim Coordenadora Financeira Núcleo Ambiental SEMA / MT Coordenadora Financeira	<input checked="" type="checkbox"/>	Existência de Saldo Financeiro	<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Financeiro
<input checked="" type="checkbox"/>	Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA										
<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação										
<input type="checkbox"/>	Não Possui Orçamentário										
<input checked="" type="checkbox"/>	Existência de Saldo Financeiro										
<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Financeiro										
<table border="1"><tr><td><input checked="" type="checkbox"/></td><td>Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR.</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Não autorizado</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Aguarde</td></tr></table> Benedito Nery Guarim Strobel Secretário Adjunto Executivo Núcleo Ambiental SEMA / MT Ordenador de Despesa		<input checked="" type="checkbox"/>	Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR.	<input type="checkbox"/>	Não autorizado	<input type="checkbox"/>	Aguarde				
<input checked="" type="checkbox"/>	Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR.										
<input type="checkbox"/>	Não autorizado										
<input type="checkbox"/>	Aguarde										
TR ELABORADO POR: Terezinha Rodrigues da Silva UNIDADE: CGRS RAMAL: 37218											



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA, MINERAÇÃO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS - SUIMIS
COORDENADORIA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - CGRS

C.I. Nº 260/CGRS/SUIMIS/SEMA/2014 Cuiabá-MT, 02 de setembro de 2014.

De: Coordenadoria de Gestão de Resíduos Sólidos

Para: Gerencia de Aquisições e Contratos

Senhora Gerente,

Em resposta a CI nº 284/GPAQ/CAC/SEMA/2014, que solicita melhorias nos itens a seguir destacados:

1. Item 14 – Qual o período de vigência do contrato?

O curso deverão ocorrer em até 60 (sessenta) dias a partir da assinatura do contrato e a entrega dos relatórios finais e dos relatórios de avaliação deverão ocorrer em até 180 dias a contar da mesma data. Assim, a vigência do contrato será de 180 dias

2. Item 15 – Qual o local da entrega dos relatórios finais e de avaliação?

Os relatórios finais e de avaliação deverão ser entregues na Coordenadoria de Gestão de Resíduos Sólidos - CGRS / SUMIS / SEMA-MT.

3. Considerado as divergências apontadas na CI já mencionada, solicitamos a exclusão do item 17.1 do edital e permanência do item 17,3.

Atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da instituição proponente, por pessoas jurídicas, impressos em papel timbrado do emitente, sem rasuras ou entrelinhas (caso o atestado seja emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá obrigatoriamente ser apresentado com firma reconhecida em cartório), nos quais estejam comprovadas: experiência na condução de cursos de capacitação na área ambiental, com preferência para a área de resíduos sólidos.

4. Aproveitamos a oportunidade para solicitar que conste no edital como obrigação da contratada o seguinte tema:

Contratação de empresa especializada para capacitar 150 (cento e cinquenta) catadores de materiais recicláveis, por meio de oficinas de capacitação para equipe de formadores participantes do projeto. Deverá abordar os seguintes

Centro Político Administrativo, Rua C - CEP: 78.050-970 - Cuiabá-MT.
Telefone: (65) 613 - 7200

1



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA, MINERAÇÃO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS - SUIMIS
COORDENADORIA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - CGRS

temas: Conceitos e estruturação de redes de cooperação. As várias cadeias produtivas da reciclagem. Planejamento e a organização técnica e social do trabalho. (Estratégias de coleta, processamento padronização) e comercialização de materiais recicláveis;
O curso terá carga horária de 24 horas semanais, ministrada durante 3 (três) dias úteis consecutivos,;

Agradecemos e colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,


Alexandra N. O. Silvino
Agente de Meio Ambiente

Alexandra N. O. Silvino
Analista de Meio Ambiente
CGRS/SUIMIS/SEMA



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

**TERMO DE CONTRATO Nº. ____/2014/SEMA QUE
ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO
DO MEIO AMBIENTE E A EMPRESA**

O ESTADO DE MATO GROSSO, através da **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA**, inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 03.507.415/0023-50**, criada pela Lei Complementar nº. 214, de 23 de junho de 2005, com sede na Rua C, esquina com a Rua F, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA, nesta Capital, neste ato representada pelo Secretário Adjunto de Gestão Sistêmica, Sr. **Benedito Nery Guarim Strobel**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 349.280 - SSP/MT e do CPF nº. 298.940.931-91, residente a Rua Dom Antônio Malan, 756, Bairro Poção, CEP: 78.015-608, Cuiabá/MT, nomeado pelo Ato Governamental n.º 18.861/2014 de 26/02/14, doravante denominada apenas **CONTRATANTE** e de outro ladoa empresa _____, inscrita no CNPJ _____, localizada na _____, CEP: _____, telefone: _____, representada pelo Sr. _____, portadora do RG _____ e do CPF _____, aqui denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, em conformidade com o Processo nº **509347/2013/SEMA**, **Pregão Eletrônico nº 005/2014/SEMA/MT**, bem como, **Convênio MTE/SENAES Nº 00010/2013** – SICONV nº 782379/2013, sujeitando-se aos termos das Leis n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei nº. 10.520/2002, Decreto Estadual nº 7.217/2006, bem como, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1.O presente termo de contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para capacitar 150 catadores de materiais recicláveis, conforme condições e especificações constantes no **Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2014/SEMA/MT e seus anexos**, que faz parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E PREÇOS

2.1. O preço, a quantidade e a especificação dos serviços encontram-se indicados na tabela abaixo, conforme **Pregão Eletrônico nº 005/2014/SEMA/MT**, bem como da proposta apresentada conforme discriminação abaixo:

LOTE ÚNICO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	OFICINA DE CAPACITAÇÃO PARA EQUIPE DE FORMADORES PARTICIPANTES DO PROJETO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA E EM CONHECIMENTOS E TECNOLOGIAS QUE PERMITAM A ESTES O DESENVOLVIMENTO, DE FORMA QUALIFICADA, DO TRABALHO DE COLETA SELETIVA DOS MATERIAIS RECICLÁVEIS NOS MUNICÍPIOS. CARGA HORÁRIA DE 24 HORAS SEMANAIS, MINISTRADA DURANTE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS CONSECUTIVOS, DEVENDO OCORRER ATÉ 60 DIAS APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO, EM LOCAIS A SEREM DEFINIDOS NA FASE DE EXECUÇÃO, NOS MUNICÍPIOS POLO DO PROJETO: CUIABÁ, RONDONÓPOLIS, SINOP, CÁCERES E TANGARÁ DA SERRA	1	R\$	R\$
VALOR TOTAL:				R\$

2.2. Descrição do objeto:

O conteúdo programático da Oficina deverá abordar os seguintes itens:

- Economia social e solidária: história e evolução conceitual;
- A construção da economia solidária no Brasil e as relações com movimentos sociais, entidades de fomento e políticas públicas;
- Construção de alternativas no campo da economia solidária;
- Experiência cooperativistas no Brasil e no mundo (com ênfase no cooperativismo de trabalho dos catadores de materiais recicláveis);
- Redes cooperativas e cooperativismo integral;
- Agência de fomento da economia solidária no contexto atual;
- Economia solidária sindicalismo e movimentos sociais;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

- Instituições, políticas públicas e economia solidária;
- A auto gestão na economia solidaria;
- A centralidade do trabalho na economia solidaria;
- O contexto atual da economia solidaria;
- Economia solidaria como modo de produção e distribuição.

2.3. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pelo objeto ora contratado, o valor total de **R\$** _____(_____), pelos serviços efetivamente prestados, comprovados por meio de atesto do fiscal do contrato designado pelo setor demandante da **SEMA/MT**.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1. Os valores descritos na cláusula segunda poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

3.2. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

3.3. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

4.1. Comparecer no prazo de **02 (dois) dias** para retirada da Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento e assinatura do contrato, contados a partir do recebimento da convocação formal, conforme o caso;

4.2. Executar o serviço dentro dos padrões contratados e estabelecidos pela **CONTRATANTE**, de acordo com a especificação deste contrato e do **Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2014/SEMA/MT e seus anexos**, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida;

4.3. A **CONTRATADA** deverá entregar o objeto deste contrato no prazo de **06 (seis meses)** a contar do recebimento da ordem de fornecimento;

4.4. Aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total da adjudicação;

4.5. Corrigir as irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no **Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2014/SEMA/MT e neste contrato**, conforme relatório apresentado pelo Setor Demandante;

4.6. O serviço objeto deste contrato deverá ser prestado conforme Especificação Técnica da Proposta Padrão/Termo de Referencia (Anexos I e VII), devendo, obrigatoriamente, apresentar Nota Fiscal, que deverá estar acompanhada dos seguintes documentos: Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

4.7. Zelar pela qualidade dos serviços fornecidos, conforme especificações contidas no **Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2014/SEMA/MT** e seus anexos, bem como neste contrato;

4.8. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **CONTRATANTE**, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à **CONTRATANTE**, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

4.9. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da **CONTRATANTE**, no tocante ao fornecimento do objeto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no **Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2014/SEMA/MT e seus anexos, bem como neste contrato;**

4.10. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

4.11. O Contrato advindo do presente **Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2014/SEMA/MT e seus anexos**, somente poderá ser celebrado a partir da autorização do Ordenador de Despesa da Secretaria de Estado do Meio Ambiente;

4.12. Se a licitante vencedora não cumprir o prazo estabelecido ou recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita pelo (a) órgão, decairá do direito de fornecer o objeto da presente licitação adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas no **Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2014/SEMA/MT e seus anexos;**

4.13. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a SEMA;

4.14. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação;

4.15. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela SEMA;

4.16. Indenizar terceiros e/ou a **CONTRATANTE**, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a **CONTRATADA** adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

4.17. Se a licitante vencedora, injustificadamente, recusar-se a retirar a Nota de Empenho, a sessão será retomada e, os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeiro examinará a



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades dispostas no item 15 do Edital;

4.18. Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será convocado outro licitante, observado a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, no qual o pregoeiro negociará diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor, não adjudicando em caso de imutabilidade de preço;

4.19. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato, injustificadamente, será aplicada a regra estabelecida nas alíneas anteriores (4.17 e 4.18.);

4.20. A **CONTRATADA** deverá:

a) Elaborar o projeto pedagógico das oficinas, incluindo objetivos, conteúdo programático, metodologia, cronograma. Disponibilizar material didático (pasta, caderno, caneta e apostilas) e insumos, que deverá ser submetida à aprovação da comissão gestora do projeto, a ser entregue 15 (quinze) dias antes das datas de início das oficinas;

b) Elaborar a avaliação escrita a ser realizada com os alunos no último dia de cada oficina, abordando a relevância do tema, estudado para a região, estrutura e logística do curso, interesse dos alunos, adequação do público ao curso, dificuldades encontradas e sugestões e impressões pessoais;

c) Identificação e indicação, de forma exclusiva à coordenação do projeto, de pessoas chaves para a composição da equipe de formadores locais;

d) Elaborar relatório final contendo os seguintes itens: relatório diário das atividades que foram ministradas e seus resultados alcançados, relatório fotográfico e atividade final proposta pelo instrutor e executada pelos alunos e avaliação do curso;

e) Entregar relatório de avaliação das oficinas, ressaltando os pontos principais (expectativas, fragilidades, dúvidas, críticas levantadas, recomendações etc);



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

g) Os cursos deverão ocorrer em até 60 (sessenta) dias a contar da data da assinatura do contrato;

h) O curso será realizado em 05 cidades polos: Cuiabá, Cáceres, Rondonópolis, Sinop e Tangará da Serra, e terá carga horária de 24 horas semanais, ministrada durante 03(três) dias úteis consecutivos para cada polo;

i) A entrega dos relatórios finais e os relatórios de avaliação deverão ser entregues na Coordenadoria de Gestão de Resíduos Sólidos – CGRS/SUIMIS/SEMA-MT, e deverá ocorrer em até 06 (seis) meses a contar da data da assinatura do contrato;

j) Deverão ser abordados os seguintes temas: Conceitos e estruturação de redes de cooperação. As várias cadeias produtivas da reciclagem. Planejamento e a organização técnica e social do trabalho. (Estratégias de coleta, processamento padronização) e comercialização de materiais recicláveis.

4.21. Como forma de apresentação, os relatórios apresentados deverão ser redigidos em língua portuguesa, em meio digital (CD ou DVD), formatado ou gravado no editor de texto “Word for Windows”, com uma síntese em “Power Point”, e entregue 2 (duas) vias originais, impressas em qualidade “Laserprint” ou similar, em papel A4, formato digital, de acordo com as Normas Brasileiras (NB);

4.22. Também deverá seguir as seguintes instruções durante a redação dos documentos finais e intermediários:

g) Tabelas, quadros, croquis e quaisquer outras instruções deverão estar enumerados, com legendas e títulos completos e autoexplicativos;

h) As siglas deverão ser explicadas somente na primeira vez em que forem citadas e deverá ter uma relação das siglas utilizadas no início do documento;

i) As palavras em outro idioma deverão vir em itálico;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

j) Nomes científicos também deverão estar em *itálico*, sem separação de sílabas, seguidos ou antecédidos do nome popular da espécie em letras minúsculas, sem vírgula, sem parênteses, como por exemplo:

d.1) veado campeiro *Ozotocerus bezoarticus* ou *Cariocar brasiliense pequi*. Caso se dispuser apenas do gênero, as abreviações sp. e spp. Virão em *itálico* e sempre serão em minúsculas seguidas de ponto;

k) Os nomes populares compostos deverão sempre ter hífen. Nomes populares estarão sempre em minúsculas;

l) Autores e obras citadas deverão ser referidos por iniciais maiúsculas, seguidas por vírgula e data.

4.23. Os originais de mapas, gráficos, anotações, fotografias e de quaisquer outros documentos usados em eventos deverão ser entregues junto com o produto final e constituirão posse da **CONTRATANTE**;

4.23.1. Caso os produtos não sejam aprovados, deverão ser revistos imediatamente pela **CONTRATADA**.

4.24. Toda a documentação elaborada pela **CONTRATADA**, na execução do objeto deste contrato, pertencerá à **CONTRATANTE**, e lhe será entregue, mediante aprovação dos mesmos pela **CONTRATANTE** e antes da liberação da Ordem de pagamento em favor da **CONTRATADA**;

4.25. A **CONTRATADA** poderá ter em arquivo cópia dos produtos acima indicados e utilizar para fins diferentes do objeto deste instrumento, desde que devida e legalmente autorizado pela Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso, mesmo depois de encerrado o contrato;

4.26. Assegurar a **CONTRATANTE** o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com o contratado, as normas ou especificações que atentem contra a sua segurança ou de terceiros, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

falta de fiscalização da **CONTRATANTE** eximirá a **CONTRATADA** de suas responsabilidades provenientes do contrato;

4.27. Caso a **CONTRATADA** tenha que corrigir, desfazer ou refazer qualquer serviço não executado a contento, correrão por sua conta as necessárias despesas;

4.28. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos causados a **CONTRATANTE** ou a terceiros, ainda que culposos, por atos de negligência ou culpa de seus empregados ou prepostos, durante a execução do objeto estipulado no contrato, eximindo a **CONTRATANTE** de qualquer responsabilidade e assegurando ainda, em qualquer caso, o exercício do direito de regresso, pela via administrativa, que após o devido processamento e garantido o direito de defesa, o prejuízo ensejará o desconto de valores devidos ou inscrição do débito em dívida ativa;

4.29. Manter-se, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

4.30. Manter em dia as obrigações concernentes à Fazenda Pública Federal e Estadual, seguridade social e contribuição ao FGTS, durante toda a vigência deste contrato;

4.31. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do objeto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

4.32. Comunicar a **CONTRATANTE** qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

4.33. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, no Decreto Estadual nº. 7.217/2006 e toda legislação pertinente.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

5.1. A **CONTRATADA** deverá executar o serviço conforme descrito neste contrato, e no **Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2014/SEMA/MT e seus anexos**, bem como na Proposta de Serviços apresentada pela **CONTRATADA**;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

5.2. Os cursos deverão ocorrer em até 60 (sessenta) dias a contar da data da assinatura do contrato;

5.2.1. O curso será realizado em 05 cidades polos: Cuiabá, Cáceres, Rondonópolis, Sinop e Tangará da Serra, e terá carga horária de 24 horas semanais, ministrada durante 03(três) dias úteis consecutivos para cada polo;

5.2.2. Deverão ser abordados os seguintes temas: Conceitos e estruturação de redes de cooperação. As várias cadeias produtivas da reciclagem. Planejamento e a organização técnica e social do trabalho. (Estratégias de coleta, processamento padronização) e comercialização de materiais recicláveis.

5.3. A entrega dos relatórios finais e os relatórios de avaliação deverão ser entregues na Coordenadoria de Gestão de Resíduos Sólidos – CGRS/SUIMIS/SEMA-MT, e deverá ocorrer em até 06 (seis) meses a contar da data da assinatura do contrato;

5.4. As atividades serão desenvolvidas em grupo de municípios denominadas territórios do projeto, definidos com esteio na distribuição territorial de 5 (cinco) dos 15 (quinze) Consórcios Intermunicipais constituídos pelo Programa MT Regional, criada pela Lei nº 7.784 de 2002.

5.5. Cada território possuirá um município polo, onde deverão ser executadas as ações de capacitação e de mobilização necessárias;

5.6. As atividades deverão ser desenvolvidas em 05 (cinco) municípios denominados territórios do projeto, que são Cuiabá, Cáceres, Sinop, Rondonópolis e Tangará da Serra;

5.7. A seleção dos polos foi balizada pelo seguinte critério:

b) A existência de lixões a céu aberto que serão desativados para implantação de aterros sanitários e que produzirão impactos para a população de catadores de matérias recicláveis, e a previsão de implantação de aterros sanitários e que produzirão impactos para a população de catadores de materiais recicláveis, e a previsão de implantação de sistemas de coletas seletivas com integração de organizações de catadores de materiais recicláveis.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

5.8. O serviço será recusado e devolvido nas seguintes hipóteses:

- a) Apresente vícios de qualidade ou impropriedade;
- b) Nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com o contrato;
- c) Executado em desacordo com as especificações exigidas.

5.9. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas da Lei 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

5.10. A fiscalização exercida na execução do serviço não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA**, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica co-responsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

6.1. Não há previsão de garantia contratual.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Emitir a(s) ORDEM(NS) DE SERVIÇO(S), estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

7.2. Receber o objeto contratado, nos termos, prazos, qualidade e condições estabelecidas no contrato, no **Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2014/SEMA/MT e seus anexos**;

7.3. Disponibilizar os espaços com lotação para 30 (trinta) pessoas, nas prefeituras onde ocorrerão as oficinas;

7.4.A Coordenadoria de Resíduos Sólidos/CGRS/SUIMIS/SEMA/MT, registrará em relatório as deficiências verificadas na entrega do objeto da presente licitação, encaminhando cópias à adjudicatária para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

das penalidades previstas no **Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2014/SEMA/MT e seus anexos, bem como neste contrato;**

7.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da **CONTRATADA** em suas dependências;

7.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de entrega do objeto do presente certame licitatório. Este fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

7.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;

7.8. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço entregue em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;

7.9. Nomear fiscal do contrato mediante portaria publicada no Diário Oficial, designado para fiscalização;

7.10. Fiscalizar o cumprimento às obrigações da **CONTRATADA**;

7.11. Notificar, formal e tempestivamente, a **CONTRATADA** sobre qualquer irregularidade observada durante a execução deste contrato, para imediata correção/substituição;

7.12. Cabendo a Gerência de Formalização de Contratos acompanhar os prazos dos contratos, informando aos interessados e providenciar os aditamentos e alterações quando provocado;

7.13. Caberá a Gerência de Formalização de Contratos manter sob guarda os originais dos contratos, disponibilizando as cópias para a área fiscalizadora de execução e acompanhamento;

7.14. Caberá a Gerência de Formalização de Contratos enviar ao setor demandante do contrato – cópia do contrato firmado e/ou Nota de Empenho, no prazo de 05 (cinco) dias úteis à partir da publicação do Extrato no Diário Oficial do Estado, para fins de controle.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

7.15. Critérios para Controle dos serviços:

- A gestão e fiscalização e acompanhamento dos serviços serão exercidas através de servidor (es) especialmente designado(s) na forma prevista na Lei 8.666/93 e suas alterações, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e que de tudo dará ciência a contratada (Lei 8.666/93).

- Ao Gestor do Contrato compete analisar as regras de negócios, as quantidades e valores a serem contratados de acordo com as disponibilidades orçamentário-financeiras e as necessidades do órgão/entidade.

7.16. Ao Fiscal do Contrato, designado oficialmente pela Sema cabe, no mínimo:

- Acompanhar a execução, bem como o controle do serviço;
- Prestar informações e esclarecimentos ao preposto da **CONTRATADA**, sempre que for preciso;
- Notificar a **CONTRATADA** sobre situações irregulares;
- Fiscalizar o fornecimento dos serviços, condizentes com a legislação pertinente.

7.17. O pagamento será efetuado pelo **CONTRATANTE** em favor da **CONTRATADA** após o atesto na Nota Fiscal, comprovado que o objeto foi efetivamente executado e é o mesmo do objeto do Edital e deste contrato, o qual deverá obedecer aos termos do Decreto nº 4.752, de 06 de agosto de 2002, c/c o Decreto nº 4.747, de 22 de junho de 1994, bem como na conformidade Decreto Estadual nº 8.199/2006, após a entrega dos serviços e recebimento da Fatura/Nota Fiscal e devidamente atestado pelo Fiscal do Contrato designado pelo setor demandante do ÓRGÃO, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, em conformidade com a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2007-SAGP/SEFAZ, publicada no Diário Oficial do Estado em 25.05.2007;

7.18. O serviço será recusado e devolvido nas seguintes hipóteses:

a) Nota fiscal com especificação em desacordo com o contrato;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

b) Prestado em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste contrato e Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2014/SEMA/MT e seus anexos.

7.19. Manifestar formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, nas notificações, aplicação de sanções, alterações e revisões do contrato;

7.20 Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativo e qualitativo, comunicando à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do contrato, para que seja sanada;

7.21. Aplicar, quando for o caso, à **CONTRATADA**, as sanções regulamentares e contratuais;

7.22. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, exigindo sua imediata correção, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos pela **CONTRATANTE**;

7.23. O fiscal do contrato designado pela **CONTRATANTE** registrará em relatório as deficiências verificadas na execução dos serviços, encaminhando cópias à **CONTRATADA** para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no **Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2014/SEMA/MT**;

7.24. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitadas pela **CONTRATADA**.

7.25. Aplica-se ainda ao Adjudicatário, por ocasião do fornecimento do bem as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;

7.24. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato e **Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2014/SEMA/MT**.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

8.1. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** em favor da **CONTRATADA**, conforme subcláusula 2.3, após o atesto na Nota Fiscal pelo fiscal do contrato designado pelo setor demandante, comprovando que o objeto foi efetivamente executado, o qual deverá obedecer aos termos do Decreto nº 4.752, de 06 de agosto de 2002, c/c o Decreto nº 4.747, de 22 de junho de 1994, bem como na conformidade Decreto Estadual nº 8.199/2006, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, nas datas fixadas de acordo com a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2007-SAGP/SEFAZ, publicada no Diário Oficial do Estado em 25.05.2007;

8.2. O pagamento será efetivado por meio de Nota de Ordem Bancária, em nome da **CONTRATADA** na data fixada de acordo com a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2007-SAGP/SEFAZ, publicada no Diário Oficial do Estado em 25.05.2007;

8.3. A **CONTRATADA** indicará no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

8.4. Caso constatada alguma irregularidade na nota fiscal/fatura, esta será devolvida a **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

8.4.1. Nenhum pagamento deverá ser efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8.5. Junto com as Notas Fiscais a **CONTRATADA** deverá obrigatoriamente apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS, sem as quais fica impossibilitada a efetivação da liquidação do pagamento;

8.5.1. As comprovações de regularidade exigidas no subitem acima poderão ser substituídas pela regularidade junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso.

8.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da **CONTRATADA**;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

8.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;

8.8. As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome de **ESTADO DE MATO GROSSO**, com o **CNPJ nº. 03.507.415/0023-50** e com o seguinte endereço: Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo e deverão ser entregues na **Coordenadoria de Resíduos Sólidos/CGRS/SUIMIS/SEMA/MT**, para serem devidamente atestadas pelo fiscal do contrato;

8.9. O pagamento efetuado à **CONTRATADA** não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia;

8.10. A omissão de qualquer despesa necessária à execução do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a **CONTRATADA** pleitear acréscimos após a entrega do objeto;

8.11. A **CONTRATANTE** não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring”;

8.12. A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas à Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.

9. CLÁUSULA NONA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. Os recursos para pagamento do referido objeto correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade: 27101 - Secretaria de Estado do Meio Ambiente
Projeto/Atividade:
Natureza de Despesa:
Fonte:



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

10.1 O presente contrato vigorará por **06 (seis) meses**, a partir da data da assinatura do contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. O inadimplemento das cláusulas estabelecidas neste contrato pela **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, no todo ou em parte, a qualquer tempo, mediante comunicação oficial de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à outra parte, em consonância com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

12.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos do edital e contrato sujeita a **CONTRATADA** a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho;

12.2. Quanto à obrigação da retirada da Nota de Empenho no prazo estabelecido:

a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);

b) a partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

12.3. Quanto ao atraso para assinatura do contrato, retirada da ordem de fornecimento e nota de empenho e quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com a execução do objeto, e, quanto à aceitação de acréscimos e supressões no valor total da adjudicação:

c) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);

d) a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

12.4. A recusa injustificada em assinar o contrato, dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e poderá acarretar ao licitante as penalidades previstas no edital, bem como na lei 8.666/93;

12.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

12.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:

a) Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

b) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por prazo de até 5 (cinco) anos, e;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

12.4. A licitante, adjudicatária ou **CONTRATADA** que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei;

12.5. A multa, eventualmente imposta à **CONTRATADA**, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

contratada não tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a **CONTRATANTE** proceder a cobrança judicial da multa.

12.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a **CONTRATANTE**;

12.7. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO DIREITO DE PETIÇÃO

13.1. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

14. CLAUSULA DECIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

14.1. Será designado, pela **Coordenadoria de Resíduos Sólidos/CGRS/SUIMIS/SEMA/MT**, um servidor qualificado ou uma comissão para exercer a fiscalização do contrato, que terá, dentre outras, a incumbência de solicitar à **CONTRATADA** o afastamento ou a substituição de profissional que considere ineficiente, incompetente, inconveniente ou desrespeitoso com pessoas da **CONTRATANTE** ou terceiros ligados ao objeto;

PARÁGRAFO ÚNICO - O exercício da fiscalização pela **CONTRATANTE** não excluirá nem reduzirá as responsabilidades de competência da **CONTRATADA**.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

15.1. Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/93, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

15.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que, a critério da **CONTRATANTE**, que se façam necessários, até o limite de 25% do valor global deste contrato;

15.2.1. As supressões poderão ultrapassar o limite acima estabelecido, havendo acordo entre as partes.

15.3. A **CONTRATANTE** poderá revogar este contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

15.3.1. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;

15.3.2. A nulidade não exonera a **CONTRATANTE** do dever de indenizar a **CONTRATADA** pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa.

16. CLÁUSULA DECIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Cuiabá, ____ de _____ de 2014.

Secretário Adjunto de Gestão Sistêmica
SEMA/MT

Representante da Contratada

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF: